

---

**REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS  
EDUCADORES NA SOCIEDADE DE CLASSES**

**REFLEXIONES SOBRE EL MOVIMIENTO DE LA PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE  
EDUCADOR SOCIEDAD DE CLASES**

**REFLECTIONS ON THE MOVEMENT OF POLITICAL PARTICIPATION IN SOCIETY  
EDUCATOR OF CLASSES**

Silvia Alves dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo trata de uma reflexão sobre a participação política do movimento dos educadores no Brasil a partir das mobilizações pela redemocratização do país. Inicia fazendo uma breve discussão sobre as relações entre Estado e sociedade e a importância da participação política dos sujeitos na construção de outra sociedade mais justa e igualitária. Essa luta sempre esteve balizada pelos interesses antagônicos das classes em disputas por projetos políticos no país. Tais conflitos, acirrados pelas crises cíclicas do capital que se reestrutura de tempos em tempos, mostram-nos o desafio em construir mecanismos de contra-hegemonia que possam consolidar-se em ações de enfrentamentos às injustiças sociais que assolam os direitos da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Educação; participação política; educadores; sociedade.

**Resumen:** Este artículo es una reflexión sobre la participación política del movimiento de educadores en Brasil de movilizaciones por la democratización del país. Empieza con una breve discusión de la relación entre Estado y sociedad y la importancia de la participación política de los individuos en la construcción de otra sociedad más justa e igualitaria. Esta lucha ha sido siempre limitada por los intereses de las clases antagónicas en las disputas sobre proyectos políticos en el país. Estos conflictos, feroces crisis cíclicas del capital se reestructura de vez en cuando, nos muestran el desafío de construir contra-hegemonía mecanismos que pueden consolidar las acciones en la lucha contra las injusticias sociales que afectan a los derechos de la clase trabajadora.

**Palabras clave:** La educación; la participación política; los educadores; a la sociedad.

**Summary:** This article is a reflection on the political participation of the movement of educators in Brazil from mobilizations for democratization of the country. Starts with a brief discussion of the relationship between state and society and the importance of political participation of individuals in building another more just and egalitarian society. This struggle has always been limited by the interests of antagonistic classes in disputes over political projects in the country. Such conflicts, fierce cyclical crises of capital restructures itself from time to time, show us the challenge of building counter-hegemony mechanisms that may consolidate actions in fighting social injustices that plague the rights of the working class.

**Keywords:** Education; political participation; educators; society.

As décadas de 1970 e 1980, no Brasil, suscitaram grandes movimentações em torno da garantia dos direitos sociais universais (saúde, educação, segurança, direito de greve, liberdade de expressão, etc.). Tais movimentações mostraram-se como resultado das contradições próprias do modelo econômico

capitalista. Para compreendermos as contradições e as mudanças decorrentes da relação entre capital, Estado e sociedade, é necessário que reconheçamos que o capitalismo é um sistema de produção e reprodução das relações históricas que o homem mantém com o meio em que vive e, por ser um processo histórico, carrega em suas relações os processos de transformação, rupturas e crises (SOUZA, 2002).

Os movimentos de rupturas, crises e transformações que estiveram em curso entre as décadas de 1970 e 1980 no Brasil e que perduram até os dias atuais (destaca-se aqui a participação política dos movimentos sociais) não aconteceram descolados de um movimento de reestruturação do capital que encontra em cada ação, tanto do Estado quanto da sociedade organizada, a condição fértil ou não, para continuar seu poder de redefinição das práticas políticas, econômicas e culturais que, marcadamente, definirão o modo de vida e produção das pessoas.

As crises, por sua vez, seja no campo econômico seja no político, são fecundos espaços em que a sociedade se mobiliza em torno da tentativa de redefinir os rumos que se quer construir, visando uma sociedade mais democrática e justa. É nesse sentido que entre a década de 70 e 80 no Brasil, no âmbito político e ideológico, o avanço crescente do capital na produção, na concentração e na centralização dos meios de produção, bem como na internacionalização da economia, introduziram novos antagonismos entre capital e trabalho, afetando a consciência de classe das pessoas e, conseqüentemente, seu modo de produção. De um lado, a classe trabalhadora apresentou-se reivindicando o direito de construir espaços coletivos de seu interesse e, de outro, a burguesia tentava responder com a proposta de redefinição dos seus espaços de participação e dominação política.

No plano político desse período histórico, vivia-se a ditadura militar, cuja forma de governabilidade contradizia a garantia dos direitos dos trabalhadores por condições dignas de saúde, educação, liberdade de expressão, direito de greve, etc. Na segunda metade da década de 70, ainda que governado pela ditadura militar, o país passava por intensas mobilizações sociais que reivindicavam espaço para a organização de partidos, sindicatos e associações que, em muitos casos, sob a situação de clandestinidade, construíam a nova face dos movimentos sociais no Brasil.

Tendo como contexto tal forma de organização social, a primeira grande luta, não só dos educadores como de toda a sociedade mobilizada através dos movimentos sociais, foi em torno do processo de redemocratização da sociedade (ORSO, 2008).

É justamente esse movimento político de redemocratização da sociedade que cumpre o papel singular dos movimentos sociais, entre os quais se insere o movimento de educadores - com destaque para a atuação de sindicatos e associações acadêmico-científicas como Anfope (que se originou da CONARCFE em 1978), Anped (1978) e o Andes (1978), cujos objetivos, entre os específicos de cada entidade, buscavam consolidar a democracia no país. No âmbito acadêmico, é nesse período especificamente que se destaca um movimento mais sistematizado do pensamento marxista na educação. Os referenciais teóricos marxistas mostravam-se como um caminho concreto de se construir uma identidade coletiva. Tais referenciais foram importantes materiais norteadores de muitos debates e

proposições suscitadas com o retorno de grandes eventos promovidos pelas associações científicas daquele momento histórico (YAMAMOTO, 1997).

O alargamento da participação política da sociedade organizada através dos movimentos sociais pôs em xeque o papel do Estado que, ao reduzir sua ação repressora direta, continuou contribuindo para ampliar os conflitos de classe entre burguesia e trabalhadores. Tal acirramento ficou evidente pela estratégia com que a burguesia foi adentrando nos meios de comunicação de massa (TV, rádio, jornais) conduzidos pelo empresariado. Nesse momento histórico, os partidos políticos tiveram papel preponderante em articular os interesses do Estado e da sociedade civil organizada, impedindo ou abrandando conflitos intensificados pelas injustiças sociais que ainda perduravam no país (SOUZA, 2002).

Compreender esse movimento político é essencial para a análise da relação que se consolidou entre Estado e sociedade civil desde o período de redemocratização do país até os dias atuais. Desta forma, o sentido de participação política numa sociedade de classes implica, antes, reconhecimento que tal conceito se expressa de forma antagônica nos projetos políticos de cada classe social:

As mudanças qualitativas que se vêm processando mundialmente no modo de produção social capitalista nas últimas décadas do século XX e nos anos iniciais deste século materializam-se em novas alterações no conteúdo e na forma de organização do trabalho e da produção, nas relações de poder e nas relações sociais globais que correspondem a um patamar superior na civilização urbano-industrial, resultante de movimentos contraditórios, inerentes às relações sociais capitalistas. [...] Tais mudanças vem expressando ainda, em processos de alargamento da participação política, apesar de obviamente limitada, da sociedade civil (NEVES, 2005, p. 20).

Esse alargamento da participação política por parte da sociedade civil, ainda que limitada, permite que diferentes concepções de educação possam ser divulgadas e, conseqüentemente, postas em conflito na sociedade capitalista, visto que a relação entre Estado e sociedade civil caracteriza-se, em determinados períodos históricos, pelo predomínio ideológico dos interesses liberais sobre a classe trabalhadora e, também, por ações de contra hegemonia empreendidas pela própria classe trabalhadora, tanto nos aparelhos governamentais como nos aparelhos privados de hegemonia e isso nos leva a fazer uma releitura crítica do papel que o movimento dos educadores e sua participação política vêm desempenhando desde a década de 70 num Brasil reconhecido mundialmente pelos altos índices de desigualdade social.

A transformação desse cenário desolador para a classe trabalhadora e a construção do socialismo, dependem, em parte, da educação e da prática política dos homens. Tal argumento supõe que, sem uma teoria crítica e analítica do modelo econômico do capitalismo e um projeto político construído pelos próprios trabalhadores, não haverá revolução socialista. Conforme nos afirma Rossler (2004, p.81):

Quem pode efetivamente transformar a realidade social de uma época e lugar são os homens, e para tanto esses mesmos homens precisam querer fazê-lo e saber como fazê-lo, isto é, possuir as condições objetivas, as ferramentas prático-intelectuais concretas para realizar essa transformação. E nesse aspecto a educação pode dar sua parcela de contribuição. Porém, não se pode perder de vista os limites objetivos dessa atuação, bem como de que sociedade se fala quando pensamos em transformação, e que sociedade pretende-se construir em seu lugar. [...] Só é possível acreditar em uma educação que vise formar homens capazes de querer e saber transformar a realidade social capitalista vigente, e de construir uma outra sociedade radicalmente oposta a esta

que vivemos, capaz de instituir relações sociais humanizadoras e de garantir aos homens a possibilidade de conduzirem a sua vida de forma livre e consciente, de acordo com o máximo de desenvolvimento alcançado pela humanidade.

Nesse sentido, cabe revigorar a compreensão sobre democracia como meio para a construção de uma outra sociedade mais justa e igualitária. A partir de 1985, no Brasil, findava a ditadura militar e um novo regime nas esferas governamentais indicava eleições diretas desencadeadas, em grande parte, pelas correlações de forças políticas e pela pressão da sociedade civil organizada através dos movimentos sociais. Em face desse efervescente movimento que eclodiu desde a década de 70 e definiu os rumos do país, é importante compreender que a democracia é uma construção social dos próprios indivíduos em disputas por projetos societários distintos. Lima (2008) reafirma esse pressuposto expondo que:

A democracia é sempre uma construção social e como tal move os indivíduos, porém não é um movimento exclusivo de uma classe. A tensão entre a disputa em torno da democracia faz com que ela esteja reduzida ora aos aspectos políticos (divorciada do econômico e do social – conforme vivenciamos no Brasil na década de 1980) ora aos aspectos sociais (década de 1990), democracia é a liberdade de escolha, e tal liberdade é regulada pelo mercado e não pelos indivíduos (LIMA, 2008, p. 87).

Em decorrência da complexificação das relações entre as classes, é no seu interior que o Estado, a partir de então, age cada vez mais tentando ampliar as estratégias políticas visando à obtenção de consensos por meio da ampliação dos espaços de atuação da sociedade civil, que ora incorpora as demandas da classe trabalhadora ora comunga com a prevalência dos grupos dominantes à frente dos projetos políticos na sociedade (SOUZA, 2002).

Pode-se dizer que, nesse contexto de disputas político-ideológicas, a educação, enquanto política social e como pauta de reivindicação das lutas por uma nova sociedade, tem respondido às demandas de valorização do capital ao mesmo tempo em que se tem constituído um instrumento de emancipação da classe trabalhadora através da apropriação dos conhecimentos socialmente produzidos e acumulados pela humanidade.

Isso significa dizer que o movimento dos educadores necessita compreender que sem a apropriação dos conhecimentos técnico-científicos com os clássicos conteúdos escolares, dificilmente construiremos uma contra hegemonia sólida para continuar avançando nas lutas e conquistas por melhores condições de vida e por uma sociedade socialista. Ainda de acordo com Rossler (2004):

A formação da consciência revolucionária dos indivíduos requer que eles se apropriem dos conhecimentos científicos e filosóficos que permitem a compreensão das leis que regem a realidade histórica e social. Visto que há a necessidade de uma ação coletiva para que os homens possam romper com a estrutura social atual, isto tem de ser feito com conhecimento de causa e não anárquica e espontaneamente. Educação, filosofia, ciência e revolução são fenômenos sociais humanos intimamente relacionados no que se refere à práxis transformadora do homem (ROSSLER, 2004, p. 92-93).

Dessa forma, importa reconhecermos que se a escola que temos é parte da aparelhagem do Estado como reprodutora e formadora da classe dominante, esta mesma escola também forma os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e é nessa mesma escola que estamos criando as relações de resistência e contra hegemonia e, portanto, desempenhando nossa clássica função de ensinar e aprender que depende sim, de formação específica fundamentada em sólida teoria pedagógica, mas depende

também de nossa militância, do grau de consciência e mobilização política que temos como homens e profissionais da educação.

### *O movimento dos educadores e a busca por outro modelo de sociedade*

Com o enfraquecimento do regime militar no Brasil no findar da década de 80, crescia o anseio da sociedade por participação política nas decisões importantes do país. Sob esse clima, diversas experiências de mobilizações da população passaram a ocorrer em vários estados e municípios. O Estado reduziu sua função repressora e redefiniu sua prática política na defesa de seus interesses para o enfrentamento da pressão advinda da classe trabalhadora que reivindicava o direito ao emprego, saúde, educação, segurança, melhores salários, entre outros (SOUZA, 2002).

A presença dos movimentos sociais urbanos no cenário político como instrumento direto da classe trabalhadora significou a mais importante contribuição para a implementação dos direitos sociais universais que culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988. Os partidos políticos também tiveram relevante participação nesse momento de transição, atuando como sintetizadores do conflito de classes que estava caracterizado pelos interesses dos grupos dominantes no poder e pelos interesses da classe trabalhadora. No decorrer da segunda metade da década de 1980, a organização da classe trabalhadora em sindicatos e associações acadêmico-científicas contribuiu para a intensificação da participação política da sociedade civil na definição dos rumos do país (Idem).

A atuação desses movimentos foi demasiadamente importante para preencher as lacunas deixadas pelos partidos políticos de esquerda nas disputas por projetos que foram vencidos por grupos à frente do poder governamental. Não obstante, apesar dos avanços adquiridos com a CF de 1988, esses movimentos foram forçados a assumir, no início da década de 1990, uma postura mais defensiva e consensual, visto que o poder político-econômico-ideológico do capital se reestruturava através dos processos de globalização econômica.

Após uma etapa de coerções e outra de relativa abertura, observou-se, mais concretamente, a consolidação de entidades de caráter acadêmico-científico e sindical. Houve, no plano político, a passagem de uma efervescente movimentação com greves e manifestações em torno dos direitos dos trabalhadores para uma fase de participação e apresentação de propostas na elaboração de políticas públicas, particularmente na Constituição de 1988 (CORREA, 2008).

As consequências mais diretas desse abrandamento das mobilizações foram marcadas pelas mudanças no mundo do trabalho. Na década de 90, com a internacionalização da economia e uma abertura mais intensa do Brasil às relações comerciais globais, os postos de trabalho estáveis foram cada vez mais reduzidos, o que gerou aumento nas taxas de desemprego e a ampliação das formas flexíveis de renda e produção para a população historicamente já desfavorecida pelas iniciativas políticas anteriores.

A abertura dos mercados, a queda das barreiras comerciais e o “encantamento” pelos processos de modernização e autonomização trouxeram consequências drásticas para os trabalhadores em geral, colocando em xeque a própria atuação dos movimentos sociais que visavam preservar os direitos

conquistados recentemente e, embora a luta fosse contínua, esses movimentos precisavam lutar ainda para preservar o que era mais importante: o direito ao trabalho! (ANTUNES, 1995).

Essa iniciativa e a forma como foi encaminhada pelas associações e sindicatos colocaram em foco novos desafios, por exemplo: o de não perder o horizonte das lutas de classe pautadas no referencial marxista e ao mesmo tempo atuar de forma propositiva nas políticas públicas que se desencadeariam posteriormente. Entretanto, esse desafio, ao longo da década de 90, apresentou-se nos intransponível.

As formas de participação e mobilização da classe trabalhadora, ao longo dos anos 90 e na primeira década dos anos 2000, foram cada vez mais restritas. A concepção de democracia foi difundida pelos grupos dominantes, integrantes do poder governamental, como o ato de “ir às urnas” em determinados momentos históricos, com a ilusão de que essa participação política dos cidadãos pudesse contribuir para abolir as desigualdades sociais geradas pelo modelo de sociedade capitalista. Equivocadamente, a ideia de democracia e participação política passou a ser usada e divulgada pelos defensores do capital como uma forma estática, linear e a-histórica, sem considerar as contradições presentes nas disputas político-ideológicas de um projeto de sociedade.

No bojo das transformações, no mundo do trabalho e na orientação dos projetos políticos da sociedade, pergunta-se qual será o papel dos sindicatos e das associações acadêmico-científicas num contexto de intensas reformas, induzidas pelos ideais neoliberais e materializadas sob silenciosas práticas de desmantelamento das lutas da classe trabalhadora.

As mobilizações dos educadores no Brasil, ao observarmos os últimos 30 anos, são marcadas por avanços, retrocessos e ambiguidades. Essa conjuntura contribuiu para um refluxo da participação política da sociedade em geral e da própria atuação reivindicativa dos movimentos sindicais e acadêmicos. Tais movimentos foram amplamente atacados pelos discursos e ações dos defensores do capital, como também pelos próprios pares, em razão das crises internas por conta de sua forma de organização, muitos sujeitos desses movimentos acabaram dividindo a luta de classes por bandeiras de lutas específicas ou grupais.

Conquanto a conjuntura político-econômica favorecesse a divisão das lutas dos trabalhadores em grupos específicos, o movimento dos educadores, organizados em associações e sindicatos, não deixou de compreender as correlações de forças existentes nas lutas pela garantia dos direitos sociais e trabalhistas da categoria e da população em geral e, ao longo destes últimos 30 anos, apesar das crises internas e externas que contribuíram para um processo de desmobilização social, há que reconhecermos que os movimentos ainda persistem e estão na arena das disputas por um outro projeto de sociedade e de educação. Cabe destacarmos no Paraná, a atuação da APP-sindicato (Sindicato dos Professores e Funcionários da Educação Básica) e sindicatos de professores do ensino superior, entre os quais: SINDIPROL/ADUEL, ADUNIOESTE, SINDUEPG, ADUNICENTRO, ADUEM e, em nível nacional, movimentos como a Anfope, Anped e o ANDES.

O movimento dos educadores como afirmado anteriormente, tem sido marcado por avanços e recuos na defesa incessante da educação pública, laica, gratuita e de qualidade social para todos. Esse

princípio faz referência às lutas pela valorização do profissional da educação como também contribui para a ampliação da conquista e garantia de outros direitos sociais que exigem continuamente novas reações.

É nesse contexto de profundas mudanças e reações que situamos o movimento de lutas específicas pela formação e valorização dos profissionais da educação capitaneadas pela Anfope.

A Anfope é uma entidade de caráter político-acadêmico, originária do movimento dos educadores, ainda na década de 1970 (CONARCFE). Constitui-se hoje uma entidade de referência no cenário nacional quando se trata de desenvolver estudos, pesquisas e debater a formação dos profissionais da educação. O reconhecimento de sua importância e de suas contribuições se deve, sobretudo, à forma como seus membros se posicionam diante dos desafios historicamente colocados no campo educacional. A Associação delimita, desse modo, uma atuação fundamental no debate e análise de políticas educacionais, em particular no campo da formação dos profissionais da educação e na forma de organização dos cursos de formação de professores (BRZEZINSKI, 2011).

Nessa trajetória de debates e encontros nacionais, a Anfope consolidou-se como uma entidade nacional de representação de todos os profissionais da educação, como suporte para as instituições de ensino superior em seus processos de reformulação dos cursos de licenciaturas.

Podemos considerar que a trajetória da Anfope, como espaço de reivindicações e proposições tem-se caracterizado pelos embates políticos e conceituais entre diferentes formas de enfrentar a realidade de desigualdades em nosso país, especialmente aquelas relativas à educação. O movimento de reformulação dos cursos de formação de professores não é recente; ele se insere numa luta histórica de educadores organizados que buscam uma formação capaz de superar a visão reducionista e instrumentalista que orienta as políticas educacionais em determinados tempos históricos.

Cabe ressaltar que a luta da Anfope é contínua e se insere numa luta ainda maior, a luta dos trabalhadores em geral, pela construção de uma sociedade mais justa e democrática. A Anfope prossegue reafirmando que a formação de todo profissional da educação passe pelo âmbito da universidade de forma presencial, tendo como eixo uma ampla e sólida formação teórica e prática. Sendo assim, a organização dos professores em sindicatos e associações, como a Anfope, tenta impedir que os desafios, que lhes são postos, afrouxem sua luta contínua por melhores condições de formação, trabalho e salário.

### *Considerações finais*

O que se pretende, ao se tomar ciência dos desafios postos pela atual conjuntura, é incitar cada vez mais o movimento dos educadores a posicionar-se em favor das lutas que se travam em razão da singularidade do contexto social, com vistas a assegurar que a formação de professores seja garantida num espaço de reflexão permanente sobre seu papel na sociedade e em favor de uma profissionalização baseada em conhecimentos científicos que os tornem capazes de, criticamente, compreender o processo educativo em suas amplas relações.

Entendemos que os educadores não devem limitar-se apenas a estabelecer um discurso defensivo da escola. A postura de luta deve ir além das teorias, deve transformar-se em alternativas de

resistência concreta, que viabilizem a participação das massas excluídas do processo produtivo, e, nessa perspectiva, garantam a qualidade da prática pedagógica dos educadores em sala de aula e em movimentos políticos comprometidos com a melhoria da escola pública.

Reconhecemos, portanto, que a educação se encontra diante de um processo de escolarização aviltado pela política educacional neoliberal em curso e que, por isso, os educadores comprometidos com uma postura educativa política e crítica não devem amedrontar-se em reafirmar suas posições contra o pensamento predominante na educação. Esta seria a primeira atitude revolucionária: estabelecer uma plena e consistente resistência no âmbito teórico diante das filosofias estratégicas do “aprender a aprender” (preconizadas pelo Relatório Delors, no início dos anos 90 e que continuam sendo realimentadas no espaço escolar). Já no âmbito da militância política, precisamos reafirmar continuamente a função precípua da escola em transmitir o conhecimento científico e acumulado pela humanidade e transformá-lo em saber escolar (SAVIANI, 2005) para que seja apropriado por aqueles que mais precisam da escola, aqueles que podem ser definidos como a maioria social que vivem à margem do processo produtivo da sociedade capitalista.

A história e luta da Anfope e de tantas outras entidades supracitadas mostra sua preocupação não apenas com os interesses específicos de suas pautas e categorias, mas também com a necessidade de influir no debate sobre as políticas educacionais no país e atuar sobre elas.

Assim, sempre que o movimento dos educadores, representados pelos sindicatos e associações acadêmico-científicas, debate e propõe novas formas de luta, estará contribuindo não somente para o reconhecimento da entidade e cumprimento de suas reivindicações, mas também e acima de tudo, para levar os interesses de uma categoria preocupada com a reflexão contínua em busca de um novo projeto de sociedade e educação que, parafraseando uma interpretação de Marx (1835 apud CALDAS, 2007) em sua juventude, “*possa fazer muitos outros homens e mulheres mais felizes*”<sup>2</sup>.

### Referências:

- ANTUNES, R. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.
- BRZEZINSKI, I. *Anfope em movimento: 2008-2010*. Brasília: Liber Livro: Anfope: Capes, 2011.
- CALDAS, M. J. de. Observação de um jovem na escolha de uma profissão (1835), (Betrachtung Eines Jünglings Bei Der Wahl Eines Berufs). *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica*, v. 29, n. 2, p. 103-117, jul.-dez. 2007.
- CORREA, J. J. A emergência do movimento sindical no magistério e sua presença no debate das políticas educacionais: o aprimoramento de uma prática e o amadurecimento da categoria. In: FIGUEIREDO, I. M. Z.; ZANARDINI, I. M. S.; DEITOS, R. A. *Educação, políticas sociais e Estado no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008.
- LIMA, A. B. Estado, democracia e educação. In: FIGUEIREDO, I. M. Z.; ZANARDINI, I. M. S.; DEITOS, R. A. *Educação, políticas sociais e Estado no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008.
- NEVES, L. W. (org). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.



---

ORSO, P. J. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ROSSLER, J. H. A educação como aliada da luta revolucionária pela superação da sociedade alienada. In: DUARTE, N. *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Autores Associados, 2005.

SOUZA, J. dos S. *Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90*. Campinas: Autores Associados, 2002.

YAMAMOTO, O. H. Educação e tradição marxista no Brasil. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 10, n. 33 a 43, set./dez. 1997.

---

### Notas:

<sup>1</sup> Professora na Universidade Estadual do Norte do Paraná - campus Cornélio Procópio. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – Apoio Fundação Araucária. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Marxistas (GEPEM) na Universidade Estadual do Norte do Paraná – campus Cornélio Procópio. Foi coordenadora Estadual da Anfope - Paraná e vice-coordenadora na região sul do Brasil (gestão 2010-2012). Email: [silviasantos@uenp.edu.br](mailto:silviasantos@uenp.edu.br)

<sup>2</sup> Esta frase expressa a interpretação de uma passagem literal de Marx, ainda jovem, na ocasião em que escrevia sobre a escolha da profissão e que mais tarde se transformou no texto “Considerações de um jovem por ocasião da escolha de uma profissão” na qual a apresentava da seguinte forma: “*A história considera como homens superiores aqueles que, no entanto para o universal, empobrecem a si mesmos; a experiência exalta como o mais feliz aquele que tornou feliz o maior número de homens [...]*” (CALDAS, 2007).

Recebido em: 12/2013

Publicado em: 06/2013.